

Justiça em

Edição 61
Ano XI - outubro 2017



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

PESSOAS DESAPARECIDAS

O drama dos que buscam
familiares desaparecidos

NESTA EDIÇÃO

Ouvidoria via WhatsApp

Dia da Consciência Negra

Português Jurídico

Administração reestruturada

Sítio arqueológico no Itaim Bibi

Eventos, Cultura e Lazer

AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 23 de outubro, realizamos uma nova audiência pública para discutir com os operadores do Direito, os cidadãos e a sociedade civil em geral, a proposta orçamentária da Seção Judiciária de São Paulo, desta vez para o ano de 2019. O encontro foi muito produtivo, com ampla participação dos presentes, que encaminharam sugestões e indicação de necessidades sob a perspectiva de quem utiliza os nossos serviços.

Em relação à primeira audiência, tivemos um aumento no número de participantes e a pulverização da discussão por parte das entidades como a OAB/SP e a Procuradoria Geral da União que fizeram, internamente, um debate prévio sobre quais demandas seriam levadas para a Diretoria do Foro.

O chamado “Orçamento-Programa Participativo” faz parte do planejamento estratégico situacional da Seção Judiciária de São Paulo, e tem o objetivo de propiciar uma arena de discussão para que sejam debatidos assuntos que envolvam o orçamento da Justiça Federal de 1º Grau, com indicação de demandas necessárias para um serviço público mais eficiente, eficaz e efetivo.

Realizar uma audiência pública para definir as prioridades da Justiça Federal pelo ponto de vista de quem utiliza os serviços ainda é uma novidade no Brasil, mas desde que iniciamos os trabalhos do Programa de Gestão e Inovação – iNovaJusp, que é baseado na construção coletiva de ações que promovam mudanças na operacionalidade das atividades administrativas, temos obtido bons resultados.

Como exemplo, destaco a redução no consumo de energia elétrica na JFSP. Um estudo comparativo entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017 evidenciou uma economia real de R\$ 1,3 milhão. A importante redução dos gastos deu-se graças ao funcionamento do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (Congip) e ao esforço conjunto de magistrados, servidores e colaboradores que se empenharam para alinhar a rotina diária, visando atender o estabelecido na Ordem de Serviço da Diretoria do Foro n.º 7/2016, que, entre outras medidas, limitou o horário de acesso aos Fóruns. Foi uma importante e significativa conquista.

A Administração Central já sente os efeitos concretos do iNovaJusp por meio de melhorias em seus procedimentos internos, da democratização do seu processo de tomada de decisões e do aperfeiçoamento de sua comunicação institucional. Acreditamos que, sem esse olhar, teríamos apenas uma visão parcial e muitas vezes não focada nas questões que poderiam ser solucionadas. Por isso, a partir dessas colocações, desenvolvemos de forma cooperada medidas para que nossos serviços sejam melhor prestados e bem avaliados pelo cidadão.

Seguem a seguir os assuntos que serão abordados nesta edição da Justiça em Revista: pessoas desaparecidas – as principais causas dos desaparecimentos e os desafios enfrentados pelas famílias; ouvidoria-geral recebe consultas por whatsapp; dia da consciência negra; português jurídico; glaucoma; sítio arqueológico do Itaim-Bibi; administração reestruturada e muito mais.

Boa leitura!
Paulo Cezar Neves Junior



Paulo Cezar Neves Junior
Juiz Federal Diretor do Foro

Luciana Ortiz Zanoni
Juíza Federal Vice-Diretora do Foro (capital)

Renato Barth Pires
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)

Ana Lúcia C. A. Pereira
Diretora da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
Diretor do Núcleo de Comunicação Social

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa

Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim
Mariana Galluzzi de Sá

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

FALE COM A OUVIDORIA-GERAL DA 3ª REGIÃO ATRAVÉS DO WHATSAPP

Com o objetivo de ampliar o acesso da sociedade ao Judiciário, desde agosto a Ouvidoria-Geral da 3ª Região inovou colocando mais um canal de comunicação à disposição do cidadão.

Utilizando a tecnologia na busca pelo aprimoramento constante dos serviços prestados, agora é possível também entrar em contato usando o aplicativo WhatsApp. A novidade faz parte da Resolução CATRF3 42, em atendimento à resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Através do número (11) 99901-6984, seguindo as normas estabelecidas para os outros canais, podem ser enviadas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades da Justiça Federal da 3ª

Região, obtendo o retorno também pelo aplicativo.

Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral foi inaugurada em setembro de 2008 e, desde então, é um canal de comunicação com o cidadão, atuando também no sentido de orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pela Justiça Federal da 3ª Região.

Através dos canais de atendimento, recebe consultas, diligência junto aos setores competentes e presta informações e esclarecimentos sobre os atos praticados pelas unidades integrantes da 3ª Região*.

Após ser acionada, a Ouvidoria-Geral analisa e encaminha as manifestações às áreas responsáveis. Ela mantém o interessado sempre informado sobre as providências adotadas e promove a apuração das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços.

Com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos, a Ouvidoria-Geral também pode sugerir a adoção de algumas medidas buscando sempre a melhoria e o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade. ■

* Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Seção Judiciária de São Paulo e Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul.

FORMAS DE ENTRAR EM CONTATO

- Formulário disponível em www.trf3.jus.br, através do link Ouvidoria;
- E-mail para ouvidoria@trf3.jus.br;
- Carta para Av. Paulista nº 1842, 11º andar;
- Pessoalmente na Av. Paulista, 1842 - Torre Sul 11º andar - das 9h às 19h;
- Mensagem pelo aplicativo WhatsApp para (11) 99901-6984.

Vale lembrar que não é permitido o anonimato, mas o sigilo será resguardado sempre que possível e desde que solicitado.

NÃO SÃO RECEBIDAS PELA OUVIDORIA-GERAL

- Manifestações anônimas;
- Pedidos de informação, reclamações, denúncias, sugestões ou críticas que não sejam referentes à Justiça Federal da 3ª Região;
- Notícias de fatos que constituam crimes, tendo em vista as competências institucionais do Ministério Público e das polícias, nos termos dos arts. 129, inciso I, e 144 da Constituição Federal.



ACONTECEU – AGOSTO/SETEMBRO



CONTRATOS - Nos dias 21 e 22/9 foi promovida, no auditório do JEF/SP, uma reunião técnica para capacitar os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos da JF/SP.



INOVAJUSP

No sentido horário:

JFSP apresentou o iNovaJusp em julho no Congresso Internacional de Excelência em Escala Global, em Washington, e em setembro no 12º Congresso de Inovação do Poder Judiciário & Controle, em Brasília.

No dia 10/8 foi realizado um curso para capacitação dos servidores e juízes que fazem parte da equipe de inovação da JF da 3ª Região.

No dia 17/9 o iJuspLab foi incluído no mapa do mundo da inovação, o “Design for Europe”.



Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na internet. 



NOVOS SERVIDORES - Nos meses de agosto e setembro novos servidores tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo.



NOVA INTRANET - A Seção de Multimídia e Audiovisual promoveu em agosto um curso para apresentar o novo sistema de edição de dados TYPO 3 para os gestores de conteúdo da intranet. Em setembro entrou no ar o novo visual da intranet, mais moderno e com navegação intuitiva.

PALESTRA - No dia 20/9 foi realizada a palestra “Estatuto do Desarmamento e seus impactos na segurança pública”, ministrada pelo especialista Bene Barbosa, presidente da ONG “Movimento Viva Brasil”.



BRIGADA - Em agosto 80 pessoas participaram do treinamento de brigada de incêndio no Fórum de Execuções Fiscais. Já no Fórum de Piracicaba, 45 pessoas participaram da reciclagem de brigadistas.





GABIN - Durante os meses de agosto e setembro foram realizadas duas reuniões do Gabinete de Inovação e Gestão Integrada.


CONGIP - Em 15/9 aconteceu mais uma reunião do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora para tratar do Programa de Gestão para o Orçamento-Programa Participativo de 2019.


DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.


14/09 - HOMEM É CONDENADO POR PEDOFILIA E ABUSO SEXUAL DOS FILHOS. Um homem foi condenado a 57 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime de estupro de vulnerável cometido contra os seus dois filhos. O réu também responderá por produzir, transmitir, divulgar e publicar na internet fotos e vídeos com cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes. 


14/09 - ÁREA DO PÁTIO DO PARI VOLTA A SER ADMINISTRADA PELA UNIÃO. A ação popular foi proposta por um comerciante atuante no local, que tomou conhecimento de que a Prefeitura do Município de São Paulo firmou, em 2012, contrato com a União Federal pelo prazo de 35 anos para projeto de revitalização da região, envolvendo os comerciantes que já atuavam no local. 


13/09 - MANTIDA PRISÃO DE PRESIDENTE DA JBS. O juiz federal João Batista Gonçalves manteve, em audiência de custódia, a prisão de Wesley Batista, um dos sócios da empresa JBS, detido na manhã do dia 13/9 na Operação Têndão de Aquiles, a qual investiga o crime de "insider trading" (uso de informações privilegiadas no mercado financeiro). 


11/09 - EX-PREPARADOR FÍSICO É CONDENADO POR VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE. O acusado cometeu o crime num voo em janeiro de 2015, que vinha de Curitiba/PR com destino a São Paulo/SP. Ele teria tocado os seios, braço, coxa e rosto de uma mulher sem o consentimento dela, reiteradas vezes, aproveitando-se do momento da decolagem da aeronave. 


06/09 - PROCURADOR DA FAZENDA É CONDENADO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), os bens adjudicados irregularmente pelo procurador eram previamente acertados com as empresas devedoras e, em seguida, destinados a diversos órgãos públicos

sem a observância das formalidades legais exigidas, causando prejuízo à União. 


06/09 - MULTA APLICADA PELA ANVISA É JULGADA DESPROPORCIONAL. A Justiça Federal de São Paulo determinou a redução do valor de uma multa aplicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) à empresa União Farmacêutica Nacional S/A, por considerar desproporcional o montante aplicado diante da irregularidade cometida. 


28/08 – SUSPENSÃO DE DECISÃO SOBRE COBERTURA ILIMITADA DE SESSÕES DE PSICOTERAPIA. Para desembargador federal, não limitar atendimento poderia causar dano irreparável com impacto econômico a ser suportado pelos usuários de planos de saúde. A suspensão vale até o julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal. 


22/08 - DENÚNCIA CONTRA PREFEITO DE VINHEDO POR SUPERFATURAMENTO DE MERENDA. TRF3 aceitou, por unanimidade, a denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o prefeito de Vinhedo (SP), Jaime Cesar da Cruz, pela prática de crimes de fraude em licitações, superfaturamento de preços, ilegalidade na celebração e prorrogação de contratos e formação de quadrilha pela aquisição irregular de produtos da merenda escolar. 


21/08 - INCORPORADORA PODE COMPENSAR 100% DO PREJUÍZO FISCAL DE INCORPORADA. A Camargo Correia Investimentos em Infraestrutura S/A alegou que no encerramento das atividades da VBC Participações S/A, extinta por cisão total com a incorporação, realizou a compensação integral dos prejuízos fiscais da incorporada, e que, contudo, sofreu posteriormente autuação indevida da RFB. 


17/08 - MULHER GANHA O DIREITO DE IMPORTAR SEMENTE DE CANNABIS PARA USO MEDICINAL. Uma mulher ga-

rantiu, por meio de um habeas corpus preventivo (HC), o direito de importar sementes da cannabis sativa para cultivar em sua residência, com o objetivo de produzir seu próprio óleo de cânhamo para fins medicinais. 

10/08 - EMPRESAS SÃO IMPEDIDAS DE COMERCIALIZAR CONSÓRCIOS SEM AUTORIZAÇÃO DO BC. De acordo com o Ministério Público Federal e o BC, autores da ação, as duas empresas condenadas são dirigidas pelo mesmo sócio administrador e atuam desde 1989 de forma clandestina, sem nunca terem obtido autorização para a comercialização de consórcio. 

04/08 - UNIBAN DEVE MANTER 1/3 DE PROFESSORES EM REGIME INTEGRAL DE DEDICAÇÃO. Ação Civil Pública ajuizada em 2009 solicitava que a Uniban fosse obrigada a cumprir o determinado no inciso III do artigo 52 da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), ou seja, manter um terço dos professores da instituição com regime de dedicação em tempo integral. 

01/08 - TRF3 LIBERA PASSAPORTE A HOMEM QUE HAVIA PERDIDO OS DIREITOS POLÍTICOS. Constituição de 1967 não previa a prestação alternativa em caso de negação ao serviço militar obrigatório. Como um dos documentos exigidos para a expedição de passaporte é a certidão de quitação eleitoral, ele estava sendo impedido pela Polícia Federal de obter o documento. 

01/08 - DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS ENTRE HOMENS E MULHERES NÃO É ILEGAL. 17ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP acatou pedido da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes determinando que a União Federal deixasse de aplicar Nota Técnica do Ministério da Justiça que dispõe sobre a ilegalidade na diferenciação de preços entre homens e mulheres para acesso em clubes noturnos. 

CONSCIÊNCIA NEGRA

A Lei 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira também incluiu o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. A data, porém, somente entrou no calendário oficial nacional com a promulgação da Lei 12.529/2011. O dia escolhido faz referência à data de morte de Zumbi (1695), um dos líderes do Quilombo dos Palmares, pela sua representatividade histórica.

Voltando um pouco mais na história, 20 de novembro foi nacionalizado como Dia da Consciência Negra desde 1971 pelo grupo Palmares de Porto Alegre, e efetivado em 1978 em São Paulo no 1º Congresso do Movimento Negro Unificado. Nessa ocasião elegeram Zumbi como um símbolo da luta pelo direito dos negros com a intenção de ocupar o posto de maior referência contra a escravidão, minimizando assim o então destaque dado ao dia 13 de maio de 1888, quando da assinatura da Lei Áurea.

Tida por muitos como uma ação afirmativa de promoção da igualdade racial, a data propõe uma reflexão sobre as consequências do racismo e sobre a inserção do negro na sociedade brasileira.

Zumbi e o Quilombo dos Palmares

Considerado o maior quilombo territorial e temporal do Brasil, Palmares ficava na Serra da Barriga, antiga Capitania de Pernambuco, que atualmente integra o município de União dos Palmares, no estado de Alagoas.

Estima-se que tenha resistido por mais de 100 anos. Entretanto, historiadores divergem sobre a data de fundação da comunidade formada por escravos que fugiam do domínio dos senhores de engenho, chegando a abrigar cerca de 30 mil pessoas, tornando-se um grande alvo do ódio dos colonizadores e um símbolo de liberdade para os escravizados na época.

No final do século XVII, o líder do Quilombo dos Palmares era Ganga Zumba, tio de Zumbi. Em 1678, Ganga Zumba firmou um acordo de paz com o governador da Capitania de Pernambuco,

contudo, a não concordância das condições impostas acabou gerando uma rebelião dentro de Palmares, liderada por Zumbi, com apenas 25 anos.

Com a morte de Ganga Zumba por envenenamento, Zumbi liderou Palmares por 15 anos, conseguindo resistir a dezenas de tentativas de destruição.

Após fracassadas investidas de extermínio do quilombo, o governo de Pernambuco resolveu contratar o paulista Domingos Jorge Velho, que tinha uma carreira dedicada ao massacre e submissão de grupos étnicos inferiorizados aos olhos do colonialismo.

O primeiro ataque aconteceu em 1662, contudo, a sua tropa, que ironicamente era composta em sua maioria por índios, não obteve sucesso sobre a organização e força dos quilombos e fracassou.

Dois anos depois, em uma nova investida e após intensa batalha que durou 22 dias, Quilombo de Palmares havia finalmente sido destruído.

Zumbi e um grupo de aproximadamente 20 quilombolas conseguiram fugir por mais de um ano. Conta-se que foi traído por um antigo companheiro de quilombo, que, ao ser torturado, contou para as tropas sua localização.

Em 20 de novembro de 1695 Zumbi foi morto em uma emboscada e esquartejado, tendo sua cabeça salgada e mandada para Recife, onde foi exposta em praça pública. Sem outra liderança, Palmares tentou sobreviver até 1710, quando então se desfez.

Zumbi é considerado um dos grandes líderes da história brasileira. Símbolo da resistência e luta contra a escravidão, lutou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil Colonial. Sua figura continua ainda tão viva, pois os reflexos da escravidão ainda perduram no país. ■

Fontes:
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social: www.seppir.gov.br
- www.brasil.gov.br
- www.politize.com.br
- www.historiabrasileira.com
- historiadomundo.uol.com.br

LIVROS

Menina bonita do laço de fita

Autora: Ana Maria Machado.



Uma linda menina negra desperta a admiração de um coelho branco, que deseja ter uma filha tão pretinha quanto ela. Mas ele não sabe como a menina herdou aquela cor.

Angola Janga - Uma História De Palmares

Autor: Marcelo D'saleta.



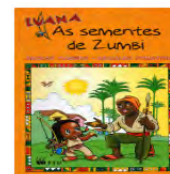
A obra conta a história da rebelião que se tornou referência na luta contra o racismo no Brasil. O romance fala de Zumbi, e de vários outros personagens complexos como Ganga Zumba, Domingos Jorge Velho, Ganga Zona e diversos homens e mulheres que compõe o retrato de um momento definidor do Brasil.

Luana - as sementes de Zumbi

Autora: Aroldo Macedo.

A menina Luana sabendo que Cafindé, lugar onde mora, é um remanescente de quilombo, ela toca seu berimbau mágico e se

transporta para Palmares, à época em que era liderado por Zumbi.



Negros Heróis: histórias que não estão no gibi

Autor: Roniel Felipe.

É uma obra de jornalismo literário que, por meio da história de dois personagens narra a luta do negro brasileiro contra o racismo.

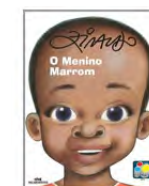


O menino marrom

Autor: Ziraldo.

Conta a história de um menino marrom, mas fala também de um menino cor-de-rosa. São dois perguntadores inveterados que querem descobrir juntos os mistérios das cores. 'Se um de nós é marrom e outro não é

exatamente branco, por que nos chamam de preto e branco?'. São muitas as perguntas, e muitas serão as descobertas.



Doze anos de Escravidão

Autor: Solomon Northup.

Relato autobiográfico de Solomon Northup, negro americano nascido livre que, por conta de uma proposta de emprego, abandona a segurança do Norte e acaba sendo sequestrado e vendido como escravo.

Reconhecido como a melhor narrativa sobre um dos períodos mais nebulosos da história dos Estados Unidos.



PESSOAS DESAPARECIDAS

O desaparecimento de pessoas é um drama vivido por milhares de famílias brasileiras. Embora não haja dados estatísticos oficiais em âmbito nacional, estima-se que 250 mil pessoas desaparecem por ano no país e, desse total, 50 mil são crianças e adolescentes.

De acordo com especialistas, há inúmeras causas para o problema. Em relação às crianças, o descuido dos pais em locais de grande aglomeração e a fuga de casa relacionada a maus-tratos, abuso e conflitos familiares estão entre os principais motivos dos desaparecimentos.

A delegada Ana Lucia Lopes Miranda, da Delegacia de Investigações sobre Pessoas Desaparecidas em São Paulo, afirma que, no caso dos adolescentes, parte significativa das ocorrên-

cias trata-se de abandono de lar e não de desaparecimento. “A transição entre a infância e a vida adulta às vezes padece por impulsos de rebeldia, causando no adolescente a vontade de fugir. Além disso, a desintegração familiar, gravidez indesejada, educação severa, uso de substâncias proibidas e violência doméstica são causas diretamente relacionadas ao abandono do lar”.

Ana Lucia ressalta também que, em quase 90% dos casos, o retorno é voluntário. No entanto, ela menciona outras razões para o desaparecimento que devem ser considerados, como o tráfico de pessoas (para exploração sexual ou trabalho escravo), crimes de sequestro, cárcere privado, homicídio, dentre outros.

No que diz respeito aos adultos,

muitos enfrentam problemas mentais ou psicológicos, fazem uso de substâncias entorpecentes e álcool ou têm desentendimentos familiares que os levam a sair de casa. A principal causa para o desaparecimento de idosos é a confusão mental provocada por lapsos de memória decorrentes da idade, Alzheimer, depressão e outros problemas de saúde.

Ivanise Esperidião da Silva Santos, fundadora e presidente da Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas - “Mães da Sé” (ABCD), chama a atenção para o fato de que “o desaparecimento de pessoas no Brasil é um fenômeno social que atinge principalmente famílias de classe social baixa”.

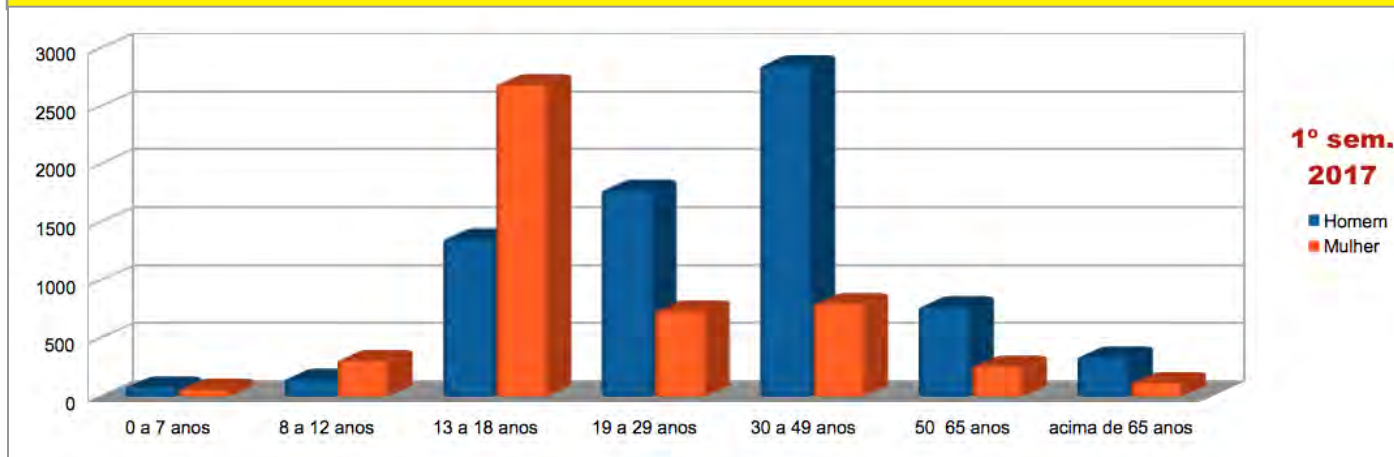
Desafios

No momento em que saem em busca de seus parentes, os familiares se deparam com uma série de obstáculos. “A maior dificuldade é a falta de comunicação entre os órgãos públicos que recebem a pessoa desaparecida ou que têm notícia dela. Somente um sistema integrado de dados poderia suprir a peregrinação familiar por todos esses órgãos, os quais ainda não dispõem de informações fidedignas”, diz a promotora do Ministério Público do Estado de São Paulo, Elia-



ESTATÍSTICA DE PESSOAS DESAPARECIDAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Fonte: PRODESP



Recomendações para minimizar os riscos do desaparecimento



Crianças e adolescentes:

- Não deixe a criança sem a supervisão constante de um adulto, em locais de pouco ou muito movimento. Utilize pulseira de identificação quando necessário;
- Providencie o RG de seu filho o mais breve possível, antes mesmo dos seis anos de idade;
- Monitore o uso que a criança ou adolescente faz do celular, computador ou tablet. Fique alerta a qualquer mudança de comportamento;
- Procure manter um bom relacionamento com seu filho(a). Tenha diálogo aberto com os adolescentes sobre assuntos normalmente tratados como tabu, como sexualidade, drogas e álcool.
- Conheça os amigos e companhias de seu filho(a) e mantenha o contato com os responsáveis. Sempre que possível, acompanhe o adolescente até os eventos que costuma frequentar.

Idosos

- Evite deixar a pessoa idosa sair de casa sozinha se ela apresenta sinais de esquecimento ou perda de memória;
- Insista para que o idoso, ao sair de casa, leve sempre um documento de identificação e uma anotação com o nome completo e o número de telefone de algum familiar para contato.
- Em casos de perda de memória mais severa, é aconselhável providenciar uma pulseira de identificação com esses dados.
- Possua fotos sempre atualizadas da pessoa idosa.

Veja o banco de imagens de pessoas desaparecidas

- **Mães da Sé** 
- **Polícia Civil** 

na Vendramini Carneiro.

Um caso relatado pela promotora ilustra essa questão. “No dia 20 de junho de 2003, um aposentado saiu de sua casa e desapareceu. Na ocasião, ele portava um documento pessoal e carregava uma anotação feita por sua filha com o nome, endereço e números de telefones da família para eventual contato. A peregrinação para encontrá-lo se deu, por anos, em hospitais, asilos, unidades do IML, Serviços de Verificação de Óbito e albergues. Um dos hospitais públicos em que a família foi procurá-lo, logo após o desaparecimento, era exatamente onde o idoso estava internado, pois havia sido levado para lá depois de sofrer um mal súbito na rua. Mesmo assim, o hospital negou que ele estivesse ali. Em 2014, o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público do Estado de São Paulo – (PLID) avisou a família que o aposentado havia falecido em 29/6/2003, ou seja, nove dias depois de seu desaparecimento, tempo em que esteve internado no mencionado hospital”.

Outro problema apontado é a falta de políticas públicas voltadas a amparar as famílias de pessoas desaparecidas, além das dificuldades para registrar a queixa do desaparecimento. Em alguns casos, a autoridade policial pede para a família esperar 24 horas para registrar a ocorrência, medida que não tem amparo legal. Ao contrário, em se tratando de criança ou adolescente, a Lei 11.259/2005 determina a investigação

imediate em caso de desaparecimento.

“É importante frisar que não há prazo para a comunicação e registro da ocorrência de desaparecimento. Os familiares é que estabelecerão o momento do desaparecimento com a consequente comunicação e registro”, esclarece a delegada Ana Lucia Lopes Miranda. Também é possível fazer o registro da ocorrência no site da Polícia Civil do Estado de São Paulo (www.ssp.sp.gov.br/nbo/).

Papel das ONGs

Além do trabalho realizado pela Polícia e por órgãos como o Ministério Público, entidades e organizações não governamentais também desempenham um importante papel na busca de pessoas desaparecidas. Em 21 anos de existência, a associação “Mães da Sé” conseguiu ajudar a solucionar mais de 4.500 casos, o que representa 42% do total cadastrado pela instituição.

“Oferecemos apoio psicológico e social para essas famílias e fazemos encaminhamentos para órgãos públicos, por meio de um trabalho conjunto. Os resultados são alcançados com a divulgação, feita através de parcerias com a iniciativa privada”, ressalta Ivanise Santos, que vivenciou em 1995 o drama do desaparecimento de sua filha, na época com 13 anos de idade, a qual nunca foi encontrada.

Para Ivanise, uma das experiências mais difíceis em seu trabalho é informar a mãe de uma criança desapa-

recida que seu filho ou filha faleceu.

“Quando isso acontece, tento conscientizá-la de que sua busca chegou ao fim. Não foi da forma como ela esperava, mas ao menos encontrou uma resposta”.

Contudo, muitas histórias tem um final diferente. Ivanise cita um dos casos que marcou sua vida à frente da ONG. “Havia um garoto que foi criado pelo pai e cresceu ouvindo que a mãe tinha morrido, mas ele nunca acreditou. Um dia ele viu nosso trabalho sendo divulgado em uma emissora de TV e então nos procurou. Pedi que ele participasse do programa e, na hora em que ele estava contando sua história, uma de suas tias ligou para nós e falou que a mãe do garoto morava em São Paulo. Avisei a produção do programa que o trouxe para o nosso escritório. O que me chamou a atenção foi que o psicólogo colocou a mãe dele junto com outras duas mulheres e falou para ele observar bem o rosto delas porque uma era a sua mãe. Ele ficou uns 5 minutos ali, observando cada detalhe, até que de repente ele foi direto em direção à mãe dele. Foi uma emoção muito grande que eu nunca vou esquecer. Cada pessoa que eu ajudo a encontrar, vejo a minha filha nelas”, conta Ivanise.

Ainda que não disponham de todo o apoio e recursos necessários, pessoas comprometidas com esta causa prosseguem fazendo o possível para oferecer auxílio e diminuir a angústia daqueles que vivem a dor do desaparecimento de um familiar. ■

LINGUAGEM MAIS ACESSÍVEL NA JUSTIÇA

Diz a lenda que o famoso jurista Rui Barbosa, certa vez, ao chegar em casa, presenciou um ladrão tentando levar seus patos de criação. Aproximou-se do indivíduo e, surpreendendo-o ao tentar pular o muro com seus amados patos, disse-lhe:

-Oh, bucéfalo anacrônico! Não o interpelo pelo valor intrínseco dos bípedes palmípedes, mas sim pelo ato vil e sorrateiro de profanar o recôndito da minha habitação, levando meus ovíparos à sorrelfa e à socapa. Se fazes isso por necessidade, transiço; mas se é para zombar da minha elevada prosopopeia de cidadão digno e honrado, dar-te-ei com minha bengala fosfórica bem no alto da tua sinagoga, e o farei com tal ímpeto que te reduzirei à quinquagésima potência que o vulgo denomina nada.

E o ladrão, confuso, perguntou:
- Dotô, eu levo ou deixo os pato?

Essa história, embora bem humorada, reflete uma característica típica dos operadores do Direito que, aos poucos, vai perdendo espaço: o uso de palavras e jargões complexos, de difícil entendimento para o cidadão comum.

A palavra é a principal ferramenta no Direito. Dependendo da maneira que ela é utilizada, pessoas podem ser condenadas, heranças desfeitas, corruptos são responsabilizados, conflitos se iniciam e terminam. Por isso, advogados, magistrados e procuradores são, em regra, profundos conhecedores e estudiosos da nossa língua portuguesa.

Entretanto, essa linguagem culta e rebuscada muitas vezes dificulta a compreensão e afasta aquela que é (ou deveria ser) a principal usuária da justiça: a população.

Atualmente, a transparência é um dos princípios da administração pública. O cidadão tem o direito de saber o que está acontecendo nas instituições, inclusive no Poder Judiciário. E o uso de uma linguagem mais simples e objetiva também facilita o entendimento de todos.

“A sociedade tem o direito de ser informada a respeito das decisões dos magistrados. Há inúmeras ações de interesse da coletividade, especialmente as criminais (Lava-Jato, por exemplo) e as ações civis públicas (improbidade

administrativa, lei anticorrupção, ressarcimento ao erário, proteção ambiental etc). Logo, somente uma linguagem objetiva e compreensiva atenderá ao direito de informação, estabelecido na Constituição”, afirma o juiz federal Heraldo Garcia Vitta, da 21ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP.

Vitta acrescenta que o juiz precisa manejar a técnica jurídica por meio de palavras e expressões que possam ser também compreendidas pela população. “Sabemos que essa tarefa não é fácil, porém, atende ao Regime Democrático de Direito, o qual permite à sociedade o conhecimento dos atos do Estado”.

A ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie, quando assumiu a presidência da corte em 2006, falou sobre o assunto em seu discurso de posse.

“Minha compreensão de um sistema judiciário eficiente e operante tem como ponto central o acesso mais amplo ao serviço público essencial que é a justiça. [...] Que a sentença seja compreensível a quem apresentou a demanda e se enderece às partes em litígio. A decisão deve ter caráter esclarecedor e didático. Destinatário de nosso trabalho é o cidadão jurisdicionado, não as academias jurídicas, as publicações especializadas ou as instâncias superiores. Nada deve ser mais claro e acessível do que uma decisão judicial bem fundamentada”.

Assim, numa época em que a população acompanha diariamente o que acontece nos tribunais pelo país, utilizar frases como “Vossa Excelência, data máxima vênua, não adentrou as entranhas meritórias e jurisprudenciais acopladas na inicial, que caracterizam, hialinamente, o dano sofrido” talvez não seja o mais indicado. ■



ADMINISTRAÇÃO REESTRUTURADA

A Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo passou por mudanças recentes em sua estrutura organizacional criando novas áreas, extinguindo outras e alterando a subordinação de determinados setores.

Com a finalidade de apresentar quais foram essas mudanças e explicar as principais atribuições das diversas áreas que compõem o complexo administrativo, a Justiça em Revista inicia a seção “Administração em Foco” com uma série de matérias sobre o assunto. Nesta edição destacamos as principais atribuições da **Diretoria do Foro – DFOR**.

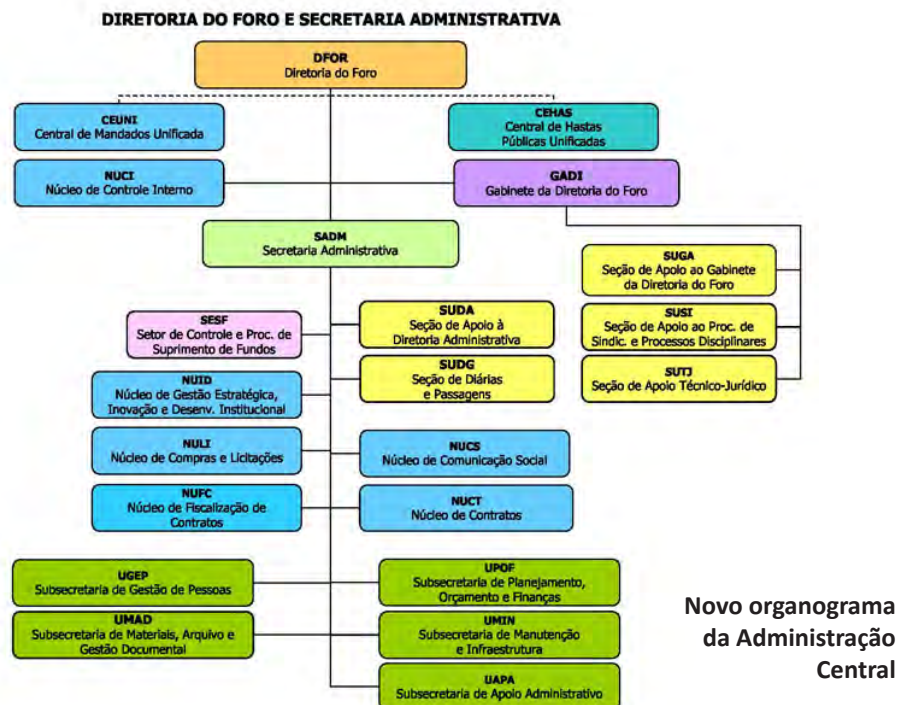
A Diretoria do Foro é a área responsável pelos serviços administrativos necessários para garantir o funcionamento da Justiça Federal de Primeiro Grau, nos aspectos de estrutura dos Fóruns, gerenciamento de servidores, aquisição de materiais permanentes e de consumo, além do desempenho de outras atividades imprescindíveis para que a Justiça Federal não cesse a sua prestação jurisdicional.

O juiz federal diretor do Foro é nomeado mediante ato de designação expedido pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, tendo a sua competência definida pela Resolução nº 65, de

2 de julho de 2009. Além das atribuições definidas em sua competência, o juiz federal diretor do Foro também é o correitor permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às varas federais.

Para atender à crescente demanda da Justiça Federal, o juiz federal

diretor do Foro conta com uma estrutura administrativa da Secretaria Administrativa, que é composta pelo gabinete da Diretoria do Foro, Diretoria Administrativa, Subsecretarias Administrativas, Núcleos e Supervisões vinculadas diretamente à Diretoria Administrativa. ■



Equipe da Diretoria do Foro: Ana Paula Mizobuchi, Izabel Cristina Leite, juíza federal Luciana Ortiz Zanoni (vice-diretora da capital), juiz federal Paulo Cezar Neves Junior (diretor do Foro), juiz federal Renato Barth Pires (vice-diretor do interior), Alessandra Paiva Martins, Celso Marim Hernandez e Mariana Sampaio Marin

SÍTIO ARQUEOLÓGICO NO ITAIM BIBI

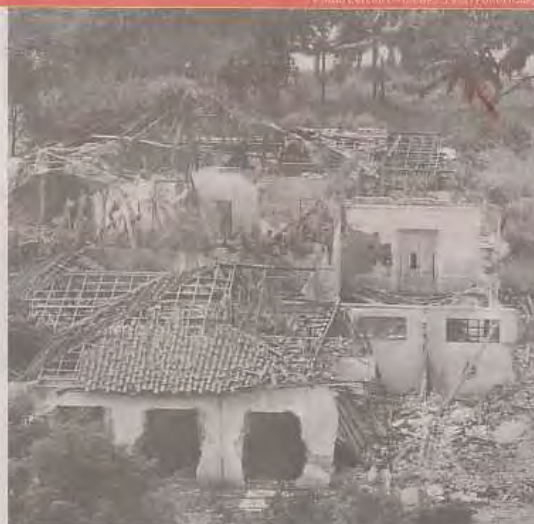
2 imóveis

DOMINGO, 28 DE DEZEMBRO DE 2008

CASAS COM HISTÓRIA


Marcelo Justo/Folha Imagem

Em 1987, a casa bandeirista estava em ruínas, após o restauro fará parte de um conjunto comercial


Folha Online - 08/12/1987, Folha Imagem

Casa bandeirista vira cartão-postal

Empreendimento comercial aposta no patrimônio histórico como nova atração no Itaim

Em abril de 2009, chegou à Justiça Federal de São Paulo uma ação cautelar proposta pelo Ministério Público Federal requerendo a paralisação imediata de uma obra de grandes proporções que estava em andamento na Avenida Brigadeiro Faria Lima, em um terreno de 22 mil metros quadrados nos arredores da “Casa do Itaim-Bibi”, imóvel bandeirista tombado do período colonial brasileiro.

Segundo o autor da ação, tratava-se de uma área de alto valor histórico que deveria ser preservada, pois compreendia um sítio arqueológico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No local, conhecido como Sítio do Itaim, estava em construção um edifício comercial, com escavações de vinte metros de profundidade, sem ter havido a devida prospecção arqueológica necessária no subsolo.

Por conta disso, a juíza federal Elizabeth Leão, da 12ª Vara Cível, determinou a paralisação das obras de terraplanagem até que os responsáveis pelo empreendimento contratassem um programa de salvamento arqueológico e realizassem perícia no local para identificar os danos causados, sob pena de multa diária no valor de R\$ 50 mil pelo descumprimento de quaisquer das determinações impostas.

As áreas no entorno da casa bandeirista, que foi restaurada para abrigar um centro cultural, eram as únicas que estavam parcialmente preservadas. Com a tutela proferida na Justiça, também foi determinado o mapeamento das vias de acesso, análise dos perfis geotécnicos e do projeto de construção, além da elaboração de uma matriz de impacto e qualificação dos danos ocorridos.

Em resposta à liminar, os responsáveis pela obra firmaram um acordo com o Ministério Público Federal reconhecendo a necessidade da pesquisa arqueológica no entorno do imóvel e contrataram um escritório para a realização dos serviços de prospecção, salvamento arqueológico e peritagem, comprometendo-se a encaminhar o laudo pericial aos órgãos responsáveis.

Assim, em cumprimento ao compromisso firmado, em setembro daquele ano os réus entregaram o resultado dos trabalhos realizados e protocolaram o documento junto ao Iphan, DPH/PMSP e Conpresp, dando pleno atendimento ao que havia sido acordado e concluindo a obra no local.

O Sítio Itaim

Além de conter a “Casa do Itaim-Bibi”, imóvel tombado pelo Condephat e Conpresp (órgãos estadual e municipal de patrimônio histórico), o local situado no quarteirão das Ruas Horácio Lafer, Iguatemi, Aspácia e Faria Lima, é também considerado um sítio arqueológico. Sua exata dimensão dependia de completa prospecção à época dos fatos.

Os materiais resgatados indicaram a alta relevância cultural do sítio arqueológico, já que retratavam a interação entre as diferentes culturas à época, com peças de louça, faiança, vidros de origem europeia dos séculos XVIII e XIX, cerâmicas, tijelas de barro, etc.

O imóvel do Itaim-Bibi é hoje um dos únicos exemplares de casa bandeirista preservados no país. Porém, no início da década de 1990, a casa foi destelhada pelos proprietários e passou por um processo de deterioração e abandono, levando-a

à condição de ruínas. A atitude foi considerada criminoso e por meio de termo de ajuste de conduta emitido pelo Ministério Público de São Paulo, o imóvel teve de ser reconstituído.

Consta que a casa original, construída em taipa de pilão, já era centenária em 1896, com 15 cômodos, beirais do telhado em madeira trabalhada, cocheiras, cobertura para charrete ou trole, depósito, alcovas, capela e quartos de hóspedes, além do viveiro, moinho d’ água e pomar.

Diz-se que nas proximidades da Avenida Imperial, atual Horácio Lafer, muito antes teria existido um cemitério onde eram enterrados apenas os negros e infiéis. Outra histórica citação é que na época dos jesuítas, no século XVI, bem próximo dessa área fora instalado um posto de observação e defesa, junto a um aldeamento indígena, este no final do Caminho dos Aliados, hoje Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior. ■



Abaixo: nova construção e a casa bandeirista. **Acima:** escavações de artefatos da época.



EVENTOS E CULTURA



MÚSICA

Vem aí mais uma edição do Festival de Música infantil GRAACC! Neste ano o evento acontece no dia 15 de novembro, em duas sessões, no Espaço das Américas, em São Paulo, e conta com a apresentação da Orquestra Bachiana, com regência do maestro João Carlos Martins, e participação especial do Palavra Cantada. É um espetáculo para a família toda.

Espaço das Américas - Rua Tagipuru, 795, Barra Funda 



ESPORTE


O GP Brasil de Formula 1 deste ano será disputado nos dias 10, 11 e 12 de novembro, no autódromo de Interlagos, em São Paulo. A novidade em relação aos últimos anos é a nova posição do Interlagos Club, área vip com uma visão melhor do trecho misto do circuito, refeições e visitação aos boxes nos três dias do evento.

Autódromo de Interlagos - Av. Sen. Teotônio Vilela, 261, Interlagos 




EXPOSIÇÃO

A megaprodução "Rá Tim Bum, O Castelo" proporciona ao público a chance de entrar num castelo idêntico ao da série, construído numa área de 700m². O espaço reproduz com o máximo de fidelidade o desenho original do seriado, com uma torre de 15 metros de altura, bandeira tremulando, janelas, colunas e cata-vento. Considerado um dos grandes sucessos da TV Cultura, o Castelo Rá-Tim-Bum foi produzido e exibido pela emissora entre 1994 e 1997. A visitação foi prorrogada até fevereiro/2018.

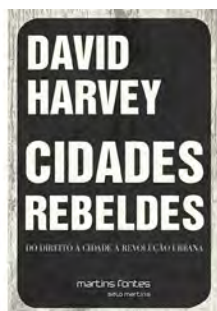
Memorial da América Latina – Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 Barra Funda 



ESPETÁCULO

A 32ª edição do Natal Luz de Gramado acontece entre os dias 28/10 e 14/01/2018 e traz na programação um espetáculo novo, inspirado em reencontros de família, com mais de 90 pessoas em cena, entre cantores, artistas, coro e balé. O tradicional evento acontece desde 1985 e oferece atrações pagas e gratuitas com o objetivo de encantar e emocionar a todos. 

LIVROS E FILMES



Cidades Rebeldes - do Direito a Cidades à Revolução Urbana
Assunto: Sociologia
Autor: David Harvey

A ocupação do espaço público nunca foi tão discutida como neste início do século XXI, e é nas cidades que acontecem os mais importantes movimentos de resistência e as rebeliões que clamam por mudanças na ordem política e social. Nova York, São Paulo, Mumbai, Pequim, Bogotá e até Johannesburgo fazem parte da análise do autor provocando reflexões contundentes, a respeito de quem controla o acesso aos recursos urbanos, por exemplo, ou de quem determina a organização e a qualidade da vida cotidiana.



Design Thinking - Uma Metodologia Poderosa Para Decretar o Fim Das Velhas Ideias
Assunto: Administração/Desenvolvimento Profissional
Autor: Tim Brown

A obra introduz a ideia de Design Thinking, um processo colaborativo que usa a sensibilidade e a técnica criativa para suprir as necessidades das pessoas não só com o que é tecnicamente visível, mas com uma estratégia de negócios viável. Escrito numa linguagem leve e embasada, este não é um livro de designers para designers, e sim uma obra para líderes criativos que estão sempre em busca de alternativas viáveis, tanto funcional quanto financeiramente, para os negócios e para a sociedade. Há um exemplar do livro disponível na Biblioteca do Fórum Ministro Pedro Lessa.

CINEMA



**BINGO,
O REI DAS MANHÃS**

Data de lançamento: 24 de agosto de 2017 (1h 53min)
Direção: Daniel Rezende
Elenco: Vladimir Brichta, Leandra Leal, Augusto Madeira.
Gêneros: Drama, Biografia, Comédia
Nacionalidade: Brasil

Cinebiografia de Arlindo Barreto, um dos intérpretes do palhaço Bozo no programa matinal homônimo exibido pelo SBT durante a década de 1980. Barreto alcançou a fama graças ao personagem, apesar de jamais ser reconhecido pelas pessoas por sempre estar fantasiado. Esta frustração o levou a se envolver com drogas, chegando a utilizar cocaína e crack nos bastidores do programa.

Fonte: Adoro Cinema

HOME VÍDEO



CHOCOLATE

Data de lançamento: 21 de julho de 2016 (2h 00min)
Direção: Roschdy Zem
Elenco: Omar Sy, James Thierrée, Thibault de Montalembert
Gêneros: Biografia, Drama
Nacionalidade: França

O jovem negro Rafael Padilha (Omar Sy) nasceu em Cuba em 1868 e foi vendido quando ainda era criança. Anos depois ele consegue fugir e é encontrado nas docas por um palhaço que o coloca nas suas apresentações. Em seguida, Padilha passa a ser conhecido como Chocolat, tornando-se o primeiro artista circense negro na França, um grande sucesso no final do século XIX.

DESAPARECIDOS

www.policiacivil.sp.gov.br



Governo do Estado de São Paulo
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

[DHPP - Fale Conosco]

você buscou: 0 a 17

Refine sua busca

Pesquisa por nome

Crianças e Adolescentes
Homem
Mulher

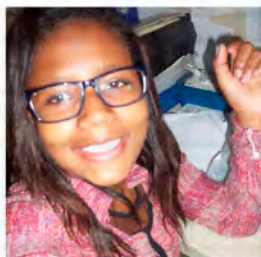
- Sexo
- Idade
- Altura
- Cor da pele
- Cor do cabelo
- Cor dos olhos
- Cidades

Limpar

Pesquisar

Resultados: 229

1 2 3 4 5 p



ADRIANA PEREIRA FRANÇA

Pai:
Mãe: ROSANGELA APARECIDA GABRIEL FERREIRA
Sexo: Feminino
Idade: 14 anos
Data Nascimento: 09/10/2002
Data Desaparecimento: 07/09/2016
Natural de: SAO PAULO

Características

Altura: 150
Olhos: CAST.ESCURO
Pele: PRETA
Cabelo: CAST.ESCURO



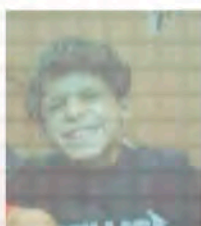
ADRIELI NOGUEIRA SOARES

Pai: CLAUDINEI SOARES
Mãe: VANI NOGUEIRA
Sexo: Feminino
Idade: 9 anos
Data Nascimento: 16/03/2000
Data Desaparecimento: 17/12/2009
Natural de:

Características

Altura: 120
Olhos: PRETO
Pele: BRANCA
Cabelo: CAST.ESCURO

Acesse o site da Polícia Civil de São Paulo e ajude com informações que possam ser úteis na localização de pessoas desaparecidas



ADRON MARCELINO DA SILVA

Pai: ANTONIO MARCELINO FERREIRA
Mãe: MARIA JOSE DA SILVA
Sexo: Masculino
Idade: 11 anos
Data Nascimento: 26/07/2000
Data Desaparecimento: 22/11/2011
Natural de:

Características



Pai: Mario Lucio da Silva
Mãe: Eliude Cristina de Sousa silva